

Ditadura militar e destruição: dimensões socioambientais no romance *Verde Vagomundo*

Military Dictatorship and Destruction: Socioenvironmental Dimensions in Verde Vagomundo

Paulo Roberto VIEIRA*

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Rosângela Araújo DARWICH**

Universidade da Amazônia (UNAMA)

RESUMO: Este artigo explora as dimensões socioambientais do romance *Verde Vagomundo*, de Benedito Monteiro (1972), destacando a relação entre a ditadura militar e a vida amazônica. A narrativa, ambientada em Alenquer, no Pará, revela a importância das águas, da floresta e da cultura para a comunidade, enquanto excertos de noticiários radiofônicos ilustram os impactos da repressão. A perseguição ao personagem Miguel, o Cabra-da-Peste, e a proibição da queima de fogos no Círio simbolizam a opressão cultural e a resistência da população. A obra também apresenta a beleza poética da natureza amazônica, representada na figura de Miguel, que personifica a comunhão entre o ser humano e o meio ambiente, revelando interconexões entre opressão política, exploração ambiental e resistência cultural. Baseada em estudos como os de Souza (2023), Moraes (2018) e Nunes (1974), a análise considera o contexto histórico e reflete sob a ótica da crítica temática preconizada por Antonio Cândido (1995).

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura militar. Devastação ambiental. Literatura brasileira. Benedito Monteiro.

ABSTRACT: This article explores the socio-environmental dimensions of the novel *Verde Vagomundo* by Benedito Monteiro (1972), highlighting the relationship between the military dictatorship and life in the Amazon. The narrative, set in Alenquer, Pará, reveals the importance of water, the forest, and culture to the community, while excerpts from radio news broadcasts illustrate the impacts of repression. The persecution of the character Miguel, known as *Cabra-da-Peste*, and the prohibition of fireworks during the *Círio* symbolize cultural oppression and the people's resistance. The work also presents the poetic beauty of Amazonian nature, represented in the figure of Miguel, who personifies the communion between human beings and the environment, revealing interconnections between political oppression, environmental

*Pós-doutorando (PPSND/UFOPA), Doutor em Literatura Brasileira, Universidade Federal do Pará (UFPA), Faculdade de Etnodiversidade, Altamira, Pará. E-mail: pauloforest@gmail.com.

**Doutora em Psicologia: Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade da Amazônia (UNAMA), Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC), Belém, Pará. E-mail: rosangeladarwich@yahoo.com.br

exploitation, and cultural resistance. Based on studies such as those by Souza (2023), Moraes (2018), and Nunes (1974), the analysis considers the historical context and reflects through the lens of thematic criticism as proposed by Antonio Cândido (1995).

KEYWORDS: Military dictatorship. Environmental devastation. Brazilian literature. Benedito Monteiro.

Introdução

As consequências da ditadura militar no Brasil (1964-1985) se estenderam para além do sequestro dos direitos individuais e da perda das conquistas sociais, enquanto privilegiava o acúmulo e a ampliação do poder político e econômico das classes dominantes, bem como a degradação das condições de trabalho e da vida da população (Lara; Silva, 2015). Quando se trata da Amazônia, a ditadura não apenas perseguiu, torturou e assassinou opositores do regime, como estudantes, políticos, cantores, artistas, poetas e escritores, mas também devastou vastas áreas da floresta sob o pretexto do progresso e da integração nacional (Nequete, 2021; Souza, 2020; Lara; Silva, 2015).

Corrupção, superfaturamentos e desvios de recursos no período ditatorial motivaram grandes obras como a Rodovia Transamazônica, a BR-230, iniciada no governo Médici (1970-1974) e nunca concluída – uma estrada de mais de 4 mil quilômetros que gerou desmatamento e expulsão de comunidades indígenas e ribeirinhas (Campos, 2012; Souza, 2020). Outros exemplos são as Usinas de Itaipu e Angra, obras bilionárias de grande impacto no meio ambiente e com desvios de verbas e favorecimento a empreiteiras próximas ao regime (Campos, 2012).

Nesse contexto viveu o escritor e político brasileiro Benedito Monteiro que, em seu primeiro romance, *Verde Vagomundo* (1974), aborda a história como processo social e político. Na visão do crítico e filósofo Benedito Nunes, nessa obra a ficção toma pé da realidade e procura compreendê-la, trazendo o tema da ditadura militar na Amazônia brasileira, na interiorana cidade de Alenquer, de modo a abrir o microcosmo amazônico ao macrocosmo que o envolve e condiciona naquele momento de opressão.

O romance narra o retorno de um militar, o Major Antônio, à sua cidade natal, Alenquer. Através de sua perspectiva, Monteiro explora as tensões entre a modernidade e a tradição, a exploração econômica e questões ambientais (Souza, 2023). O romance,

portanto, não apenas retrata a opressão política da ditadura, mas também questões ambientais e a exploração social que marcaram a Amazônia naquele período, tornando-se um importante documento literário e histórico para a compreensão da região.

A obra de Benedicto Monteiro oferece uma visão multifacetada da realidade amazônica, integrando elementos da cultura local, denúncias sociais e reflexões sobre a identidade regional. A inserção de notícias de rádio na narrativa, em letras maiúsculas, interrompe o fluxo da história e conecta o distante mundo amazônico com os acontecimentos do Brasil e do exterior, revelando a complexa relação entre o local e o global durante a ditadura (Souza, 2023). Neste sentido, percebe-se a relevância de dois conceitos: resistência cultural e literatura de testemunho.

Resistência cultural é um processo de enfrentamento simbólico que articula subjetividade, identidade e poder, permitindo aos sujeitos reinterpretar e transformar as narrativas culturais dominantes. O conceito tem raízes na noção de hegemonia de Gramsci (2022), é ampliado por Certeau (2014) nas táticas cotidianas de resistência e consolidado por Hall (2013) na compreensão da cultura como campo de disputa política e simbólica. Na América Latina, Martín-Barbero (2009) e Canclini (2013) destacam a resistência como forma de afirmação das identidades locais diante da globalização. A resistência cultural se afirma no romance de Monteiro (1974), por exemplo, na insistência de fazer uma queima de fogos apesar da proibição pela ditadura, em luta para manter viva uma tradição.

Literatura de testemunho, por sua vez, é um gênero que nasce ligado à narrativa de experiências traumáticas e históricas, voltado para o registro da memória e a denúncia de injustiças sociais. Ela se situa na fronteira entre o fato e a ficção, com um compromisso ético com a verdade e a preservação da memória coletiva (Seligmann-Silva, 2002; Ricoeur, 2004). Considerando que Benedito Monteiro utiliza a narrativa de *Verde Vagomundo* para denunciar as injustiças sociais e a exploração ambiental na Amazônia durante o regime militar, a obra se destaca como um relevante testemunho literário daquele período, sendo apontada por Nunes (1974) como o primeiro romance contextual da realidade amazônica.

Este artigo tem como objetivo explorar as dimensões socioambientais do romance *Verde Vagomundo*, de Benedito Monteiro, destacando a relação entre a ditadura militar e

a vida amazônica. A investigação busca compreender como a narrativa evidencia a importância das águas, da floresta e da cultura para a comunidade, ao mesmo tempo que expõe os impactos da repressão por meio de excertos de noticiários radiofônicos.

Finalmente, refletir sobre o romance por meio da análise textual baseada na crítica temática (Candido, 1995) permite compreender como a literatura pode ser um veículo fundamental para denunciar as injustiças socioambientais e promover a conscientização. Essa perspectiva evidencia a interconexão entre opressão política, exploração ambiental e resistência cultural, revelando a complexidade das relações entre o local e o global.

1 Fundamentos sobre meio ambiente, literatura e ditadura

O golpe militar ocorrido em 1964 foi uma forma de resistência capitalista às possibilidades de reformas e avanços sociais encabeçadas pelo presidente João Goulart, que àquela altura desenvolvia um governo voltado à promoção da justiça social e da soberania nacional. Sua política de valorização trabalhista, entre outras coisas, defendia as reformas de base, como a tributária, a educacional, a eleitoral, a urbana e a agrária (Lara; Silva, 2015).

Deve-se dizer que, em boa medida, todas essas reformas, se implementadas, teriam impactos positivos e duradouros nas questões ambientais no Brasil. Dentre elas, talvez a que poderia ter levado a transformações mais imediatas seria a reforma agrária, que, mesmo em 2025, mais de 60 anos depois de ter sido ventilada como possibilidade por João Goulart, nunca pôde ser realizada no país, tendo sido logo interditada pela ditadura militar, que demarcou o atraso nacional quanto à distribuição de terra (Boas, 2018). Isso garantiu a continuação das desigualdades fundiárias enraizadas na perpetuação dos latifúndios (Leme, 2024), bem como mais de meio século a mais de uso da terra de forma degradante, resultando na destruição da fauna, da flora e de mananciais pelo país afora, sobretudo na região Amazônica (Moreno; Oliveira, 2022).

Se por um lado era compromisso político do regime militar não realizar as reformas de base, entre elas a agrária, o primeiro presidente militar, Médici, já em 1970 empenhou-se no chamado Programa de Integração Nacional, propondo e implementando

grandes obras como as usinas hidroelétricas e a construção da BR 230, a rodovia transamazônica (Souza, 2020).

Quanto à estrada, o objetivo vastamente propagandeado era o de promover a ocupação da Amazônia, mas na prática essa e outras grandes obras do período visavam especialmente a manutenção do enriquecimento de grandes empreiteiras nacionais alinhadas aos militares (Campos, 2012). Partindo de slogans como “Terra sem homens para homens sem terra”, fazia-se alusão e campanha ao povo do nordeste brasileiro que historicamente sofria o flagelo da seca. Segundo o governo militar, os nordestinos deviam povoar o que eles citavam como o Eldorado na terra, o paraíso chamado floresta Amazônica, onde manava leite e mel. Assim era a propaganda intensiva na época (Nequete, 2021).

O empreendimento, no entanto, nunca teve como objetivo a realização de uma reforma agrária. Grande fracasso, “a rodovia transamazônica foi praticamente abandonada logo depois de inaugurada” (Souza, 2020, p. 148), deixando milhares de famílias à própria sorte ao longo de uma estrada que jamais foi completamente pavimentada. A rodovia cruzou a Amazônia por mais de quatro mil quilômetros e, assim como o problema da seca nordestina, sua construção não trouxe as soluções prometidas pela ditadura. Além disso, até mesmo grandes obras realizadas mais recentemente, de impactos ambientais nocivos e gigantescos, como a Usina Hidroelétrica de Belo Monte, em Altamira, foram projetadas ainda no período da ditadura militar (Campos, 2012).

Assim, durante as duas décadas de ditadura militar no Brasil, recheadas de obras faraônicas impactando a vida humana e não humana – de povos indígenas, famílias de agricultores, quilombolas e ribeirinhos a florestas e rios –, ampliou-se a geração das desigualdades sociais aliada à manutenção das estruturas de poder vigentes, agravadas com uma gigantesca dívida externa. “Foram consequências do nacional-desenvolvimentismo: perda de fauna e flora, mudanças climáticas, alterações do solo e poluição atmosférica (Moreno; Oliveira, 2022, p. 53).

Enquanto isso, nas grandes cidades brasileiras, artistas, poetas, escritores, políticos, jornalistas, militantes diversos burlando a censura imposta denunciavam as torturas sofridas nos porões do regime e a falta de liberdade de expressão. A arte foi a voz de resistência diante das “atrocidades aos direitos humanos: prisões, desaparecimentos

forçados, torturas, exílios, homicídios, banimentos, estupros, sevíncias, entre outras violências” (Pinheiro, 2014, p. 27). Espelhos do mundo, a arte, o teatro, a música e a literatura serviram de caminho para sonhar, denunciar e expressar liberdade por meio de obras produzidas no período ditatorial (Carvalho, 2021).

Em meio a esse contexto político e social está o escritor brasileiro Benedito Monteiro, nascido no estado do Pará, em Alenquer, em 1924, e falecido em Belém, em 2008. Monteiro exerceu os cargos de promotor público, juiz e secretário de Estado. Foi eleito deputado estadual, tendo sido cassado em 1964 pelo regime militar. Caçado nas matas de Alenquer pelos agentes da ditadura, esteve preso e incomunicável por meses, sendo torturado e marginalizado socialmente enquanto teve seus direitos políticos suspensos (Souza, 2023).

Seu romance de estreia, *Verde Vagomundo*, com primeira edição lançada em 1972, reflete a complexidade da realidade amazônica durante a ditadura militar. O romance narra a história do Major Antônio, um militar que retorna à sua cidade natal, Alenquer, com o objetivo de vender terras herdadas. Ao interagir com a comunidade local, ele se depara com uma realidade que desafia sua percepção inicial. Através do personagem Miguel, conhecido como Cabra-da-Peste, grande conhedor da fauna e da flora, Monteiro (1974) explora conhecimentos tradicionais e questões culturais locais que demonstram a luta pela preservação da identidade cultural do lugar (Canclini, 2013; Hall, 2013; Martín-Barbero, 2009).

A obra é marcada pela inserção de notícias de rádio, que interrompem o fluxo da narrativa, conectando o isolado mundo amazônico aos eventos nacionais e internacionais, criando um diálogo entre o local e o global e destacando contradições promovidas pela ditadura no país (Souza, 2023; Moraes, 2018; Ricciardi, 1992).

A narrativa de *Verde Vagomundo* é uma crítica à ditadura, por meio da qual o romancista utiliza a linguagem amazônica para descrever a relação entre o ser humano e a natureza. Monteiro (1974), ao explorar a intimidade com o meio ambiente, não apenas retrata a exuberância da floresta, mas também denuncia a exploração econômica e a repressão política que marcaram a Amazônia durante o regime militar (Souza, 2023). Articulando realidade histórica e subjetividade artística para dar voz a um período de repressão e resistência, a obra ganha status de literatura de testemunho (Seligmann-Silva,

2002). Além disso, destaca a importância da cultura na preservação da memória e da identidade em uma cidade do interior amazônico, império de rios e florestas (Bosi, 1992).

2 Paisagem, resistência e comunhão: dimensões socioambientais em *Verde Vagomundo*

A interseção entre literatura, história e meio ambiente permite compreender como a ficção pode captar e reinterpretar as transformações sociopolíticas e ecológicas de um tempo e espaço específicos. *Verde Vagomundo*, de Benedito Monteiro (1974), se insere nesse contexto ao construir uma narrativa profundamente enraizada na paisagem amazônica, trazendo à tona os desafios socioambientais da ditadura militar e a resistência cultural do povo de Alenquer. A obra transcende uma mera representação documental, tecendo uma trama literária em que a natureza, a cultura e a política se entrelaçam, enquanto revela um universo em que a floresta, as águas e o sagrado desempenham papéis fundamentais na construção da identidade na Amazônia.

Neste percurso analítico, a paisagem alenquerense é explorada como um elemento narrativo essencial, cujas águas e matas moldam a vida e a imaginação dos personagens. Em seguida, são abordados os impactos da ditadura militar sobre a região e a resistência cultural, sobretudo na preservação de tradições ameaçadas pelo autoritarismo. Por fim, é discutida a relação de comunhão entre o ser humano e a natureza, ressaltando a maneira como a obra de Monteiro propõe uma leitura ecológica e poética da Amazônia, que vai além do olhar exótico e se afirmar como uma visão crítica e engajada.

2.1 Entre águas, mata e Santo, a paisagem de Alenquer

Antonio Cândido (1989) ensina que se deve evitar fazer um paralelismo simplista entre a literatura brasileira e sua história social, sendo condição básica de análise não reduzir a criação literária a uma mera correspondência de eventos históricos desfocando a liberdade e a autonomia inerentes à obra de arte. Para ele, no entanto, embora a literatura transcendia as amarras sociais, sua intrínseca ligação com a vida em comunidade justifica o estudo da interação entre ambas, reconhecendo que, enquanto sistema de comunicação

entre os seres humanos, ela reflete e dialoga com o contexto em que é produzida e recebida.

Começaremos pelas águas. A cidade de Alenquer, cenário do romance *Verde Vagomundo*, está no coração das águas na floresta Amazônica – floresta essa que, aliás, por conservar mais de vinte por cento da água doce do planeta (Bringel; Gutierrez, 2024), já recebia a atenção do mundo por sua importância para a sobrevivência do planeta há mais de cinquenta anos, quando o romance de Monteiro foi publicado.

É o personagem Major Antônio, recém-chegado de volta àquela cidadezinha onde viveu desde a infância até partir para a vida militar aos 30 anos, quem justifica a importância das águas naquele *Verde Vagomundo*: “É que as conversas que eu ouço nesta cidade, só tratam da terra, da mata, da água e do Santo. Todos aqui vivem como se estivessem definitivamente cercados por este tortuoso e estreito igarapé” (Monteiro, 1974, p. 57).

Cabe dizer que a vida nessas paragens, “[...] no auge das chuvas, ficara imprensada entre as águas crescidas e a densa e virgem floresta” (Monteiro, 1974, p. 59). Nesse sentido, Moraes (2018, p. 46) aventa que “o narrador se refere à cidade como instável porque lembra que esta, em certo tempo do ano, é inundada por água, e por isso mesmo a reconhece pela sua paisagem entrecortada de rios, igarapés e charcos.

Por outro lado, a intensidade do verão leva ainda a grandes secas para muitas das pequenas cidades amazônicas geograficamente desprivilegiadas:

Novo verão chegou cercando de lama o povoado. Dessa vez, morreram quase todos os peixes nos poços que restavam nas baixas alagadas. A fome rondou mais uma vez aquela pequena e encerralada população. Os pastos secaram e houve até princípio de incêndio na mata. E Santo Antônio, em meio a todos esses atropelos, tornou a desaparecer (Monteiro, 1974, p. 62).

Sob as bençãos de Santo Antônio – cuja imagem, na trama romanesca, tantas vezes sumiria para reaparecer em um lugar de geografia mais favorável – é que a posição da cidade de Alenquer precisou ser reconsiderada nesse mundo de grandes águas, secas e florestas. “– Vamos, minha gente, atrás de Santo Antônio!” (Monteiro, 1974, p. 66).

Afinal, tendo em conta toda a complexidade desse microcosmo vegetal e cultural, é assim que se permite a relação da parte com o todo e do todo com a parte (Morin, 2005).

Naquele lugar, e naquela cultura, somente os prenúncios dos céus poderiam ilustrar a melhor paragem para se viver. “Escaparam e chegaram naquele igarapé sinuoso, encontraram a imagem de Santo Antônio no tronco de uma árvore. [...] Aí nesse local, por cima do tronco dessa árvore, construíram e fundaram a nova cidade” (Monteiro, 1974, p. 68-69). Vale citar, para além das águas, o que Moraes (2018, p. 47) assevera sobre o Major Antônio: “A paisagem projetada pelo narrador sobre o espaço físico de Alenquer forma um conjunto de imagens que vão muito além do espaço físico em si, ou melhor, confundem-se com as representações preservadas na memória”.

Deve-se dizer que há uma tríade nesse desenlace, pois a leitura das primeiras cem páginas do romance, em que um militar volta para a sua cidade com o objetivo de apenas vender suas terras, revela que “mata”, “Santo” e “água” são os três eixos que movem a vida e garantem a sobrevivência, a segurança, um certo equilíbrio socioambiental e a cultura local na trama. Aqui vale citar o que ensina o professor Antonio Candido (1989, p. 167): “Justamente pelo fato de manter relações com a realidade social, a literatura incorpora as suas contradições à estrutura e ao significado das obras”.

2. 2 Impactos socioambientais da ditadura militar e resistência cultural em Alenquer

No que concerne aos impactos da ditadura militar sobre a Amazônia, o Brasil e o mundo nas páginas do romance muito chega a Alenquer em excertos de noticiários de rádio que Benedito Monteiro usa para costurar a obra, tentando deixar claro que aquela ficção no fundo e na superfície carrega muito da dura face da vida brasileira passada e recente. Acompanhando Moraes (2018, p. 23), “os eventos citados na obra demonstram a sua relação com o tempo passado e no mesmo fio narrativo transmitidos ao tempo presente através de notícias”. Vejamos algumas entradas de noticiário radiofônico no romance:

De uma lista de 5.000 inimigos do novo regime organizada por oficiais da “linha dura” o comando supremo cassa inicialmente mandatos e direitos políticos de 378 pessoas, entre os quais três ex-presidentes da república, seis governadores de estado e 55 membros do congresso nacional.

Dez mil (10.000) funcionários são demitidos e cerca de cinco mil (5.000) investigações sumárias são abertas envolvendo inicialmente cinquenta mil (50.000) pessoas que são detidas ou encarceradas.

Das 50.000 pessoas detidas ou encarceradas a maioria é constituída de intelectuais, políticos, estudantes, sindicalistas ou simplesmente camponeses ou operários. [...].

Segundo ato: revogação da lei que pretendia controlar a remessa de lucros das empresas estrangeiras para o exterior (Monteiro, 1974, p. 119-221)

As conexões internas no romance com a ditadura também aparecem para além das ondas do rádio e trazem à tona muitas contradições. Enquanto o Major Antônio se questiona sobre as terras herdadas do pai no meio daquele povo pobre, também passa a entender que se tornara latifundiário ao herdar as terras sobre as quais nada sabia: “Num dos intervalos desse exaustivo trabalho, somei os hectares das áreas de terra que meu pai havia deixado como herança: mais de 35 mil hectares! Mais de sete léguas quadradas de patrimônio! Era um latifúndio. Assim pelo menos diziam os documentos” (Monteiro, 1974, p. 36).

Nosso romancista nos mostra a passagem anterior ainda no começo da trama do romance. Todavia, para demonstrar que o regime ditatorial degradou profundamente a vida da gente pobre enquanto ampliou as regalias aos sempre donos da situação no Brasil, já perto do final da obra é a voz do rádio que anuncia: “Em ato solene e com grande publicidade o Comando Supremo que subsiste com o novo Governo revoga o decreto que executava a reforma agrária” (Monteiro, 1974, p. 221).

Como se tem visto, na Amazônia não apenas o meio ambiente e os perseguidos políticos foram globalmente afetados pela violência. A cultura do povo do lugar, urdida no seio da vida em comunidade, transferida entre gerações, sofreu também os impactos da truculência ditatorial (Souza, 2023; Moraes, 2018). O episódio do romance em que os ditadores impedem a queima de fogos de artifício durante a festa do Círio em Alenquer é emblemático da repressão e da tensão do período.

O personagem Miguel, conhecido como Cabra-da-Peste, além de grande conhecedor e amante da natureza, como veremos mais adiante, era o pirotécnico da comunidade e por isso será perseguido pelas autoridades sob a alegação de que a queima de fogos não possuía licença para acontecer. Em um movimento típico de resistência cultural, mas ainda pensando a cultura como tradição (Bosi, 1992), aventa-se que a memória, arraigada nas práticas culturais de um lugar, está no centro vivo da tradição. É

o pressuposto de cultura que se acumula e se refaz ao longo da história de um povo. A intervenção do coronel, representante do regime autoritário, simboliza a intromissão da repressão nas tradições populares, visando a desestabilizar práticas culturais que eram parte da identidade da comunidade.

A proibição dos fogos, além de interromper uma tradição religiosa, expõe a maneira como a ditadura militar estendia seu controle até os aspectos mais cotidianos da vida das pessoas.

Apesar da ameaça de prisão e da repressão, a comunidade insiste em realizar a festa. Esse ato de desafio carrega um profundo significado político, evidenciando a capacidade de resistir ao período de exceção enquanto são defendidas importantes práticas culturais que exprimem coragem diante da imposição autoritária. Acompanhando Cândido (1989), verifica-se que, ao dar transcendência às coisas, aos fatos e aos seres humanos, os autores nacionais convertem a realidade local à dimensão do sonho. O episódio também serve de metáfora para a luta pela preservação de tradições frente à uniformização brutalmente imposta pelo regime militar.

Primeiro foi um fogo verde, depois foi um fogo azul e logo em seguida, um rastilho vermelho que rodeava todo o retângulo que dominava o morro. Era um fogo de artifício. É fogo azul. Pouco a pouco de dentro do retângulo, do meio do fogo, do meio do azul, do meio do vermelho, do meio da fumaça, surge uma imagem: é o Santo (Monteiro, 1974, p. 255).

Ao explorar essa tensão entre o poder centralizado e a vida local, *Verde Vagomundo* revela como a ditadura militar não apenas reprimia diretamente os opositores políticos, mas também minava bases culturais e sociais das comunidades, transformando o cotidiano em um campo de batalha desigual entre a opressão, que fazia uso de armas e violência, e a resistência, que dispunha de cultura, senso de comunidade e tradição.

2.3 Comunhão entre ser humano e natureza

Em outra dimensão de *Verde Vagomundo*, as paisagens como telas geram a invenção de belezas poéticas em cores (Medeiros; Ferreira, 2021). Nas palavras do

romancista que se faz poeta para encantar o mundo vegetal, tentando garantir que suas cores – todos os verdes – sobrevivam e se perpetuem na memória:

Verde! Milhares de tons verdes: verde-cinza, verde-mar, verde-mata, verde-chão, verde-terra, verde-barro, verde-curva, verde-reta, verde-plano, verde-margem, verde-campo, verde-capim; verde-azul, verde-luz, verde-planície, verde-planura, verde-verdura; verde-sombra, verde-ouro, verde-prata, verde-vazio, verde-vago, verde-vago mundo, verde-espaco; verde-manhã, verde-tarde, verde-réstea-de-sol, verde-mancha-de-nuvens, verde-quase, verde-lugar-de-roçado, verde-caminho, verde-senda-estreita, verde-estrada, verde-perto-de-casa, verde-água, verde-árvore, verde-lago, verde-algo, verde-rio, verde-cerca, verde-divisa, verde-limite, verde-horizonte, verde-verde, verde-distância. Principalmente: verde-distância... (Monteiro, 1974, p. 18).

Nessa tarefa do encantamento, é ainda Miguel dos Prazeres quem traz ao romance as suas “falas ecológicas” e ao mesmo tempo carregadas de lirismos e amor pela natureza da qual ele se sente parte, se sente folha, galho, flor e fruto. Diz Miguel ao seu genitor, depois de tantas buscas pela floresta, “– Pai, já escolhi a árvore. – Que árvore? – A árvore que vai ficar em meu lugar” (Monteiro, 1974, p. 91). Sobre ele, Ricciardi (1992, p. 22) assevera: “caboclo ideal e exemplar, Miguel dos Santos Prazeres pensa, fala e vive *amazonicamente* em forte comunhão com a natureza”.

Miguel é uma espécie de bardo naquela floresta onde vive com toda a intensidade humana e vegetal, de onde extraí a poesia da natureza por meio do conhecimento dado pela cultura, pelo contato direto com a floresta, pelas vivências. Passemos a algumas de suas imagens poéticas coletadas no romance quase ao acaso:

Falava com as árvores como velhas conhecidas [...].
Eu conhecia muitas árvores que bem podiam ficar como lembrança [...].
O tanto que o mato tinha crescido era o tanto que o tempo tinha passado [...].
Mesmo dentro daquela noite eu pude ver a grande diferença entre a árvore e o homem: entre a imagem e a pessoa; entre o dia e a noite; entre a vida e a morte [...].
Nessas horas, já não havia mais garça branca, nem guará vermelho, nem pato negro, porque todas as cores se misturavam no azul: era a pura, a baixa revoada de pássaros. Se era de manhã, havia sempre reflexos de azul, chispas de prata, sombras de verde no espelho das águas; mas se era de tarde, as asas tinham até lampejos de ouro, reflexos vermelhos, mergulhos de sombra, que se perdiam por todos os horizontes (Monteiro, 1974, p. 87-109).

Miguel reconhece a natureza como Gaia, a grande mãe. Sua vida e sabedoria, registradas em suas falas, conferem ao romance o lirismo e a força que elevam a trama

para além de uma narrativa meramente documental, consolidando-a como uma obra literária de grande representatividade amazônica em um momento decisivo de repressão no Brasil. É assim que, “Mencionando-se como livro e, portanto, como documento, o romance supera o documentarismo” (Nunes, 1974, p. 7). Vem daí, portanto, a delicadeza romanesca que se comunica amazonicamente com vozes da natureza em *Verde Vagomundo*.

À luz da crítica temática de Antonio Candido, *Verde Vagomundo* demonstra como a literatura brasileira, ao abordar a realidade social, não se limita a um reflexo passivo da vida brasileira no período ditatorial, mas a transforma em um veículo para a expressão da experiência humana em sua plenitude. Através da representação da vida na Amazônia sob tensão política, o mundo das águas e florestas sobressai na narrativa e o romance revela a capacidade da literatura em transcender o contexto histórico específico e alcançar um nível de universalidade, em que a luta pela liberdade e a defesa da cultura se tornam temas centrais.

É assim que a obra *Verde Vagomundo* se alinha à visão de Candido (1989) sobre o papel da literatura como instrumento de saber e ferramenta de transformação do mundo, capaz de promover consciência crítica e reflexões sobre os valores que norteiam a sociedade brasileira, incluindo a postura ambiental consciente como um desses valores no sufocante mundo contemporâneo.

Considerações finais

A análise do romance *Verde Vagomundo*, de Benedito Monteiro (1974), permitiu alcançar o objetivo proposto neste estudo: explorar as dimensões socioambientais da obra, destacando a relação entre a ditadura militar e a vida amazônica. Ao longo da investigação, foi possível demonstrar como o romance articula, de maneira crítica e sensível, os impactos da repressão política sobre a população e o meio ambiente, utilizando-se de recursos narrativos que ampliam sua força literária e documental. O uso de notícias radiofônicas na trama evidencia como os efeitos da ditadura transcendem a esfera política para impactar profundamente a organização social e ambiental da região.

A obra de Monteiro, ao retratar a Amazônia como um microcosmo que reflete o macrocosmo da ditadura, ilustra essa interconexão, mostrando como a repressão política está intrinsecamente ligada à destruição ambiental e à resistência cultural. A maneira como o autor constrói a paisagem de Alenquer e suas relações com a floresta, as águas e as tradições locais refletem a interconexão entre seres humanos e meio ambiente, representada pela figura de Miguel, confirmando a relevância da análise fundamentada na crítica temática de Antonio Cândido (1989).

Dessa forma, o estudo reafirma que o romance de Monteiro não apenas reflete a realidade histórica e ecológica da Amazônia durante a ditadura, mas também a ressignifica, consolidando-se como um testemunho literário de resistência e transformação. A literatura, neste caso, torna-se um exemplo especialmente influente sobre como a abordagem de injustiças socioambientais pode se tornar um espelho da realidade, enquanto se cristaliza como veículo de denúncia e promoção de conscientização sobre o passado, o presente e o futuro da vida na floresta amazônica.

REFERÊNCIAS

- BOAS, L. G. V. Sobre a Concentração Fundiária no Brasil. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**, Barra do Garças, v. 8, n. 1, p. 32-54, jan./jun. 2018.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRINGEL, S; GUTIERREZ, D. (Orgs.). **Águas da Amazônia: natureza e desafios contemporâneos**. Manaus: Editora INPA, 2024.
- CAMPOS, P. H. P. **A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2012.
- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2013.
- CANDIDO, A. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1995.

CARVALHO. L. C. R. As relações entre Arte e Política na Ditadura Militar Brasileira. **Sociologias Plurais**, v. 7, n. 1, p. 110-130, 2021.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. Vol. 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere (Vol. 3)**: Maquiavel. Notas sobre o estado e a política. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. 2. ed. Liv Sovik (org.). Tradução de Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

LARA, R.; SILVA, M. A. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. **Revista de Serviço Social**, v. 17, n. 1, p. 275-293, 2015.

LEME, A. S. “Mexa na Estrutura”: Josué de Castro, a Reforma Agrária e o Golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**, v. 44, n. 97, p. 1-22, 2024.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MEDEIROS, A. S.; FERREIRA, R. B. Contemplação interpretativa das criações das paisagens impressionistas em Verde Vagomundo: uma aproximação entre Benedicto Monteiro, Claude Monet e Van Gogh. **Água Viva**, v. 6, n. 2, 2021.

MONTEIRO, B. **Verde Vagomundo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1974.

MORAES, N. R. **A perspectiva labiríntica na memória do narrador em Verde Vagomundo, de Benedicto Monteiro**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

MORENO, D. H. H.; OLIVEIRA, G. B. Os impactos dos planos de desenvolvimento sobre o meio ambiente no período da ditadura. **Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara, v. 19, n. 4, p. 53-73, out./dez. 2022.

MORIN, E. **O método 5: A humanidade da humanidade**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NEQUETE, J. B. Otimismo e silenciamento: a Transamazônica e a integração nacional através da propaganda oficial da ditadura civil-militar nos documentários da Agência

Nacional (1964-1979). **Em Tempo de Histórias**, Brasília, v. 1, n. 38, p. 32-49 jan./jun., 2021.

NUNES, B. Apresentação. In: MONTEIRO, Benedito. **Verde Vagomundo**. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1974.

PINHEIRO, A. L. G. Apesar de você: a arte como forma de liberdade de expressão durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, Belo Horizonte, n. 64, p. 27-47, jan./jun. 2014.

RICCIARDI, G. O Verde Vagomundo de Benedicto Monteiro. **Signótica**, v. 4, p. 19-25, 1992.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Ed. Unicamp. 2007.

SELIGMANN-SILVA, M. Literatura e Trauma. **Pro-Posies**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 39, set./dez. 2002.

SOUZA, A. P. **No rastro e no rumo das palavras: a história brasileira recente na obra de Benedicto Monteiro**. Rio Branco, Acre: Nepan Editora, 2023.

SOUZA, M. Transamazônica: integrar para não entregar. **Nova Revista Amazônica**, v. 8, n. 1, p. 133-152, abr. 2020.